
A Ermida do Espírito Santo (Sintra): intervenção arqueológica realizada em 2001

CATARINA COELHO*
JOSÉ LOURENÇO GONÇALVES**

R E S U M O Apresentam-se os resultados da intervenção arqueológica preventiva realizada na Ermida quinhentista dedicada ao Divino Espírito Santo, edificada na freguesia de São João das Lampas, no Concelho de Sintra. Tais trabalhos decorreram no âmbito das obras de recuperação e restauro do imóvel levadas a cabo pela Fábrica da Igreja de São João das Lampas. Pretende-se, ainda, enquadrar a edificação deste templo no contexto seiscentista da história regional sintrense.

A B S T R A C T These are the results of the preventive archaeological intervention which has been affected on the XVI century Chapel devoted to the Holy Spirit, in the parish of São João das Lampas in the Municipality of Sintra. These works took place within the scope of the recovery and restoration works carried out by the Factory of the Church of São João das Lampas. The objective is to also englobe the construction of this place of worship within the context framework of the regional XVI century history of Sintra.***

1. Implantação e enquadramento na malha urbana actual

A Ermida do Espírito Santo localiza-se na povoação de São João da Lampas (Concelho de Sintra), sede da freguesia epónima, junto à estrada municipal para Bolelas (Coord. UTM 29SMD656029).

Implantada na extremidade sul do denominado Rossio de São João, a actual disposição denuncia o seu carácter descentrado face à Igreja Matriz de São João Baptista, com a qual estava intimamente ligada, sobretudo nos cortejos da Festa do Divino Espírito Santo.

Presentemente este antigo templo encontra-se algo dissimulado por diversas casas que o rodeiam, produto do crescimento intrínseco da própria da povoação, apenas sendo claramente visível a fachada principal do imóvel e o cruzeiro fronteiro (Fig. 2).

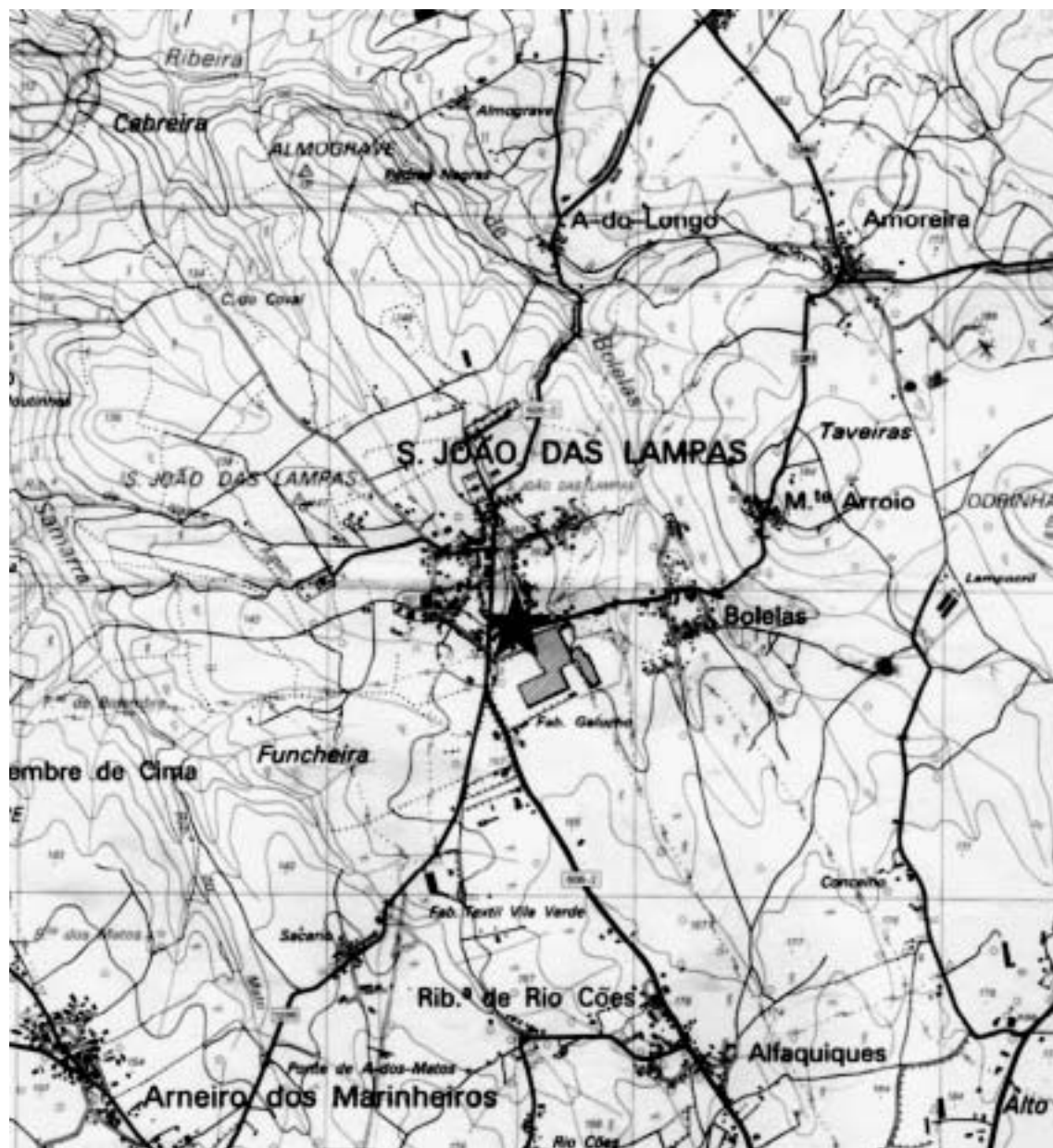


Fig. 1 Ermida do Espírito Santo: extracto da *Carta Militar de Portugal*, esc. 1:25 000, Fl. 402, ed. 1992.

2. Contextos e objectivos da intervenção

2.1. As fontes históricas

A Ermida do Espírito Santo, pequeno templo gótico-manuelino, remonta na sua feição actual aos finais do século XV. No entanto, existe a ideia de que o mesmo seria de fundação trecentista, tendo sofrido profundas remodelações, sobretudo ao nível da abside, durante a época manuelina (finais do século XV/inícios do século XVI).

Este antigo templo, de invocação ao Divino Espírito Santo, apresenta uma planta simples, composta por uma nave rectangular coroada por abside semicircular contrafortada (Fig. 3).



Fig. 2 Ermida do Espírito Santo: perspectiva da fachada principal.



Fig. 3 Ermida do Espírito Santo: perspectiva do exterior da ábside da capela-mor.



Fig. 4 Ermida do Espírito Santo: pia de água benta.

Na capela-mor, em tempos subsistiam restos de um primitivo revestimento de azulejos hispano-mouriscos, dos princípios do século XVI, aplicado no frontal do altar. À data do início das obras de restauro efectuadas, estes elementos cerâmicos encontravam-se retirados, mas devidamente conservados, aguardando apenas a recuperação do edifício para serem novamente aplicados no seu local original, o que se veio a verificar com a intervenção em apreço. Na nave subsiste, também, uma pequena pia de água benta, com alguns caracteres inscritos, de estilo manuelino (Fig. 4).

A estrutura poligonal da abside exhibe, no interior, uma cobertura artesoada, rematada ao centro por um florão. As nervuras da abóbada e da parede da ousia são realizadas em argamassa, bem como duas das mísulas que as suportam. As restantes, de inequívoco estilo manuelino, são em pedra, tal como as bases das colunas, os capitéis e o florão do tecto. Refira-se que à parede fundeira da abside pertenciam um tríptico do Divino Espírito Santo — pintura sobre tábua — que se enquadrava perfeitamente nos elementos arquitectónicos referidos, até agora conservado na Igreja Matriz de São João das Lampas. A passagem para a nave efectua-se através do arco triunfal ladeado por duas pilastras, igualmente, edificadas em argamassa.

No telhado da nave, sobre a fachada principal, cujo portal principal exhibe um simples arco de volta perfeita, é possível observar uma cruz que ostenta para além da inscrição “ESPRIT SÃ / TO”, a data de 1572, época em que terá ocorrido uma reforma pós-tridentina do imóvel.

Atrás da Ermida localizam-se algumas casas arruinadas, onde porventura poderá ter funcionado, no século XVIII, a Confraria do Espírito Santo.

O *terminus ante quem* em torno do século XIV para a sua origem estará certamente relacionada com a instauração das Festas em louvor do Divino Espírito Santo pela Rainha Santa Isabel. Diz-nos João da Silva Marques, no decurso da sua aturada recolha documental: “A *Instituição desta usança remontaria, assim, a uma data posterior a 1287, data da doação de Sintra à Rainha, e*

anterior a 1336, ano da sua morte” (Marques, 1938). Tal facto relacionar-se-ia com a autorização da monarca para a realização das ditas festa no interior dos “seus” paços na Vila de Sintra, difundindo a partir de então esta prática para as paróquias rurais.

A edificação desta ermida em torno do século XVI estará relacionada — segundo Vitor Serrão, e tendo por base um documento medieval estudado por Francisco Costa — com a realidade socio-económica de Sintra, cuja importância e florescimento terá proporcionado a construção de pequenos templos junto das comunidades rurais. A esta evolução não será, obviamente, alheia a povoação de São João dos Porqueiros — actual São João das Lampas —, ocorrendo neste período a edificação quer da Igreja Matriz, quer da ermida gótica consagrada ao Divino Espírito Santo (Serrão, 1989, p. 35).

As festividades ocorridas em São João das Lampas em honra do Divino Espírito Santo datam, aparentemente, dos finais do século XVI (Cabral, 1982-83, p. 822), talvez como derivação do que acontecia na própria vila de Sintra: “*No século XVI a vila saloia [Sintra] é (...) o palco renascentista dos saraus e torneios literários, das representações teatrais, das justas, pavanas e bailes moriscos — que de resto se estendem e influenciam as próprias festividades municipais, designadamente a Festa do Corpus Christi e a Festa do Espírito Santo*” (Serrão, 1989, p. 16).

As procissões em honra do Divino Espírito Santo percorriam o terreiro que separa a Igreja matriz, de invocação a São João Baptista, e a Ermida do Espírito Santo, cabendo a cada um destes templos desempenhar um papel específico, ainda que complementar, na condução das festas. Na Ermida desenvolviam-se as cerimónias religiosas pertencentes aos festejos em louvor do Divino Espírito Santo, enquanto que na igreja paroquial se leiloavam os cargos e outras ofertas relacionadas com o evento.

Para António Ambrósio, antigo pároco desta freguesia, estudioso e compilador de documentação medieval e moderna sobre São João das Lampas, “*(...) o culto desta capela esteve sempre relacionado e em função do da igreja matriz como se fosse um espaço complementar da paroquial. Neste aspecto não tinha autonomia própria (...) a ermida tinha o privilégio singular de por ela passarem obrigatoriamente todas as procissões que saíam da igreja paroquial*” (Ambrósio, 1982, p. 3)

Ainda, nas Memórias Paroquiais de 1758, no questionário efectuado à freguesia de São João das Lampas se pode ler: “*a Ermida do Devino Espírito Sancto, aonde vão as procissões que sahem da Igreja, que está no fim do rocio, ahí perto, o qual rocio principia da parte da Igreja até a dita Ermida a roda da qual estão as cazas deste lugar de São João das Lampas. Esta ermida he do povo*” (Azevedo, 1982, p. 184-185).

Durante as Inquirições efectuadas no século XVIII, na Diocese de Lisboa, concretamente na “*Descrição das igrejas pertencentes às Vigarias da Vara de Sintra, Cascais, Arruda e parte do Temo de Lisboa, — Ano de 1760*”, a propósito da Igreja Matriz de São João das Lampas é referido “*as confrarias que são da jurisdição ordinária além da fábrica é a do Santíssimo, Santo António e a do Espírito Santo, e todas as mais são seculares*”. Curiosamente, na descrição que se faz, nesta época, relativamente às ermidas existentes é omitida qualquer referência à Ermida do Espírito Santo. Porquê? Será que na segunda metade do século XVIII as festividades do Espírito Santo em São João das Lampas já estão a decair, ao contrário do que é estimado por António Ambrósio?

De acordo com alguns estudiosos (Ambrósio, 1982; Soares, 1983), a época áurea das festividades do Divino Espírito Santo terá decorrido durante os séculos XVII e XVIII, sendo apenas nos inícios da centúria seguinte que começa a observar-se a sua decadência. Há referência numa fonte coeva que todo o telhado do imóvel terá sofrido uma renovação do madeiramento por volta de 1795.

Na segunda metade do século XIX já não existia a Irmandade do Espírito Santo anteriormente fixada nesta freguesia, facto certamente contextualizado pela extinção das confrarias nesta época.

Existem, igualmente, relatos que atestam a utilização do imóvel como curral por altura da 1.ª República. Diz-nos, ainda, o padre António Ambrósio que “*a própria Ermida do Espírito Santo depois de votada ao abandono foi profanada e roubada e mais recentemente abafada por construções perto e anexos que lhe tiraram toda a vista e ambiente*” (Ambrósio, 1982, p. 3).

A Ermida do Espírito Santo começa, então, a perder a sua principal função verificando-se um progressivo abandono deste local, dando origem à consequente e inevitável degradação do imóvel.

2.2. A intervenção arqueológica

O acentuar de algumas deficiências, sobretudo a nível de infiltrações quer no telhado, quer nas paredes da Ermida do Espírito Santo, levou a que a Fábrica da Igreja de São João das Lâmpas, proprietária da Ermida do Espírito Santo, decidisse promover uma campanha de trabalhos de beneficiação e restauro deste templo quinhentista (Fig. 5).

Para tal estava prevista a instalação de canais de escoamento de águas junto às paredes no exterior do edifício. Projectou-se, para o interior, o levantamento do pavimento existente, composto por lajes calcárias, e o rebaixamento do nível do solo. Estes trabalhos visaram, ainda, a colocação de uma matéria impermeabilizadora que permitisse resolver a questão da concentração de águas pluviais no interior que, habitualmente, tem origem em infiltrações através das paredes do imóvel. Tais obras de melhoramento foram, igualmente, acompanhadas por uma nova picagem das paredes e colocação dos rebocos apropriados.



Fig. 5 Ermida do Espírito Santo: perspectiva do interior antes do início dos trabalhos.

Face às obras projectadas tornava-se evidente a necessidade de ali realizar trabalhos arqueológicos de prevenção que possibilitassem diagnosticar a eventual existência de estruturas ou vestígios arqueológicos preservados no subsolo.

A intervenção arqueológica realizou-se entre Janeiro de 2001 e Janeiro de 2002, não tendo ocorrido em continuidade, mas de acordo com a evolução das obras de restauro e recuperação levadas a cabo pela Fábrica da Igreja de São João das Lampas. A equipa foi constituída pela signatária, por dois assistentes de arqueólogo, um auxiliar de museografia, um técnico de conservação e restauro e um desenhador, todos afectos ao quadro do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

2.2.1. Objectivos

Ao serem projectadas obras no subsolo da Ermida do Espírito Santo, quer no interior, quer no exterior, tornava-se necessário proceder a trabalhos arqueológicos nas áreas referidas a fim de minimizar o impacto dessas mesmas acções.

Assim, os principais objectivos desta intervenção arqueológica visaram: 1) identificar a possível existência de um pavimento primitivo no interior do imóvel, uma vez que o pavimento existente, composto por lajes calcárias, parecia estar colocado a uma cota superior à original, sobretudo se tivéssemos em linha de conta os elementos arquitectónicos que compõem o arco da capela-mor; 2) identificar a eventual presença da necrópole do templo; 3) caracterizar as realidades observadas no terreno; 4) o registo integral de possíveis estruturas arqueológicas postas a descoberto; e 5) a eventual preservação e/ou integração dos vestígios patrimoniais que viessem a ser identificados.

Por seu turno, a campanha de obras a executar no interior da Ermida do Espírito Santo preconizava, como dissemos, o levantamento do pavimento lajeado da nave para instalação de matéria-prima que permitisse a drenagem das águas que se acumulam no subsolo do imóvel, procurando desta forma evitar as constantes infiltrações que se observam a partir do chão da ermida; a regularização do pavimento de tijoleira da área do altar; a picagem de todas as paredes da nave; o salpico e reboco com argamassa de cal e areia em todas as paredes da nave; a caiação e pintura de todo o interior da nave; execução da instalação eléctrica do edifício; o fornecimento e assentamento de duas portas de madeira maciça (porta principal e porta lateral). Quanto ao exterior, a intervenção circunscrever-se-ia à reparação de algumas infiltrações detectadas na cobertura, à limpeza e caiação das paredes e à implantação de uma cabina de electricidade justaposta à fachada leste da nave, uma área escondida que permitiria não desfigurar o edifício.

Foi aplicado o método Barker-Harris no desenvolvimento dos trabalhos de campo. No entanto, individualizaram-se as unidades estratigráficas mediante os sectores intervencionados, isto é: sector 1 – interior do imóvel, nave e capela-mor, e sector 2 – exterior da ermida.

2.2.2. Leitura estratigráfica

Sector 1

U.E. 0 – Conjunto de lajes calcárias rectangulares que compõem todo o pavimento da nave da Ermida do Espírito Santo;

U.E. 1 – Estrato definido por uma argamassa da cal, muito ténue e pouco compacta, com terra misturada, que servia de “cama” ao pavimento de lajes calcárias da U.E. [0];

U.E. 2 – Camada de terras castanhas escuras, muito húmidas, caracterizada pela total ausência de materiais arqueológicos. A sua consistência barrenta fica a dever-se ao facto de haver uma constante infiltração de água no subsolo do imóvel, talvez provocado pela proximidade de uma nascente – razão pela qual, aliás, se procedeu à realização das obras de isolamento projectadas;

U.E. 3 – Estrato de argila castanha amarelada composta por nódulos de calcário habitualmente designada por “margas calcárias”. Assenta directamente sobre a rocha de base, igualmente, calcário.

Sector 2

U.E. 0 – Unidade composta pelo empedrado moderno de paralelepípedos de calcário que constituem o pavimento da rua;

U.E. 1 – Camada de saibro existente sob o pavimento que caracteriza a U.E. [0];

U.E. 2 – Estrato de terra castanha amarelada sob a U.E. [1];

U.E. 3 – Aglomerado de pedras de médias dimensões existente sob a U.E. [1] e que encosta à U.E. [2] no exterior da fachada norte da ermida. Trata-se dos vestígios de um antigo contraforte que terá sido demolido devido às alterações urbanísticas verificadas em torno da Ermida do Espírito Santo; Ambiente [3I]: caracterizada pela acumulação de pedras miúdas entre a fossa céptica do imóvel fronteiro à ermida e o contraforte perpendicular à nave denominado como U.E. [3];

U.E. 4 – Camada de entulho recente com muitos vidros, garrafas, plásticos, uma moeda de 2\$50, de 1983, e pilhas que terão sido, eventualmente, aqui acumulados aquando da construção da fossa céptica da casa vizinha;

U.E. 5 – Estrato de terras castanhas estéril de materiais arqueológicos, igual à U.E. [6], mas que se encontra sob a U.E. [3 I] e a Leste da U.E. [3];

U.E. 6 – Estratos de terras castanhas de consistência barrenta imediatamente sob a U.E. [2]. Estéril no que respeita a materiais arqueológicos, corresponde à U.E. [2] do sector 1;

U.E. 7 – Identificada no sector 2, na parede sul da nave. Derrube composto por pedras miúdas e alguns nódulos de argamassa, registado junto ao contraforte sul;

U.E. 8 – Identificada junto à parede norte da nave. Trata-se de um alinhamento de pedras no exterior da porta norte da nave que deverá corresponder a um antigo degrau de acesso ao imóvel;

U.E. 9 – Esta unidade caracteriza-se pela presença de uma estrutura de argamassa muito forte, composta por algumas pedras miúdas no seu interior, e que deverá corresponder a outro contraforte que em tempos terá suportado a parede norte da nave, junto à porta lateral;

U.E. 10 – Aglomerado de pedras concentrado junto ao canto NO exterior da nave. Após a sua remoção verificou-se que não constituía qualquer elemento estrutural anterior à actual configuração do imóvel, podendo resultar dos vestígios de algum derrube da parede norte da nave, ocorrido no decurso das suas várias remodelações.

2.2.3. Descrição das estruturas postas a descoberto

Pela simples análise das unidades estratigráficas registadas no decorrer da intervenção arqueológica, torna-se bastante explícita a precariedade dos poucos vestígios estruturais identificados.



Fig. 6 Ermida do Espírito Santo: perspectiva do alicerce do contraforte da parede norte da nave.

Os alicerces de dois contrafortes, associados à fachada norte do edifício, os vestígios de um antigo degrau de acesso à porta lateral dessa mesma parede da nave e, ainda, três áreas pontuais de derrube, resumem a totalidade das estruturas arqueológicas postas a descoberto.

Os três aglomerados de pedras que identificámos como produto de derrocadas anteriores são distintos entre si. Efectivamente, o derrube registado no canto noroeste da nave [U.E. 10] deverá corresponder a alterações verificadas nas diversas fases de edificação desta parede. Algumas destas remodelações poderão ter ocorrido, eventualmente, no século XVIII por ocasião do terramoto de 1755. Poderia, assim, ter sido nesta altura que se verificaria a derrocada da parede norte da nave, que posteriormente seria reconstruída sobre o pavimento de lajes calcárias pre-existentes.

Cronologicamente não podemos atribuir qualquer época específica para estas alterações. Certo é que, pelo facto de se verificar uma sobreposição da parede norte sobre o piso de lajes calcárias no interior da nave, podemos afirmar terem ocorrido obras de reconstrução desta parede já posteriormente à colocação daquele pavimento.

Por outro lado, pensamos que a fábrica do alicerce do contraforte designado como [U.E. 9] (Fig. 6) observado sensivelmente a meio da fachada norte, deverá corresponder a uma fase mais antiga do que a actual, inclusive, anterior à própria edificação do outro contraforte identificado na esquina sudeste da nave, e denominado [U.E. 3] (Fig. 7). Associado a esta unidade estratigráfica estava um outro foco de derrube [U.E. 3I], produto ou da sua construção, ou do seu desmantelamento. A eliminação desta estrutura, simétrica ao exemplar existente na fachada sul, deverá ter coincido com a construção da casa confinante com este templo, altura em que também foi construída a fossa céptica aqui registada.



Fig. 7 Ermida do Espírito Santo: perspectiva do alicerce do contraforte diagnosticado da parede norte da nave, na transição para a capela-mor.



Fig. 8 Ermida do Espírito Santo: vestígio do degrau identificado na porta norte.

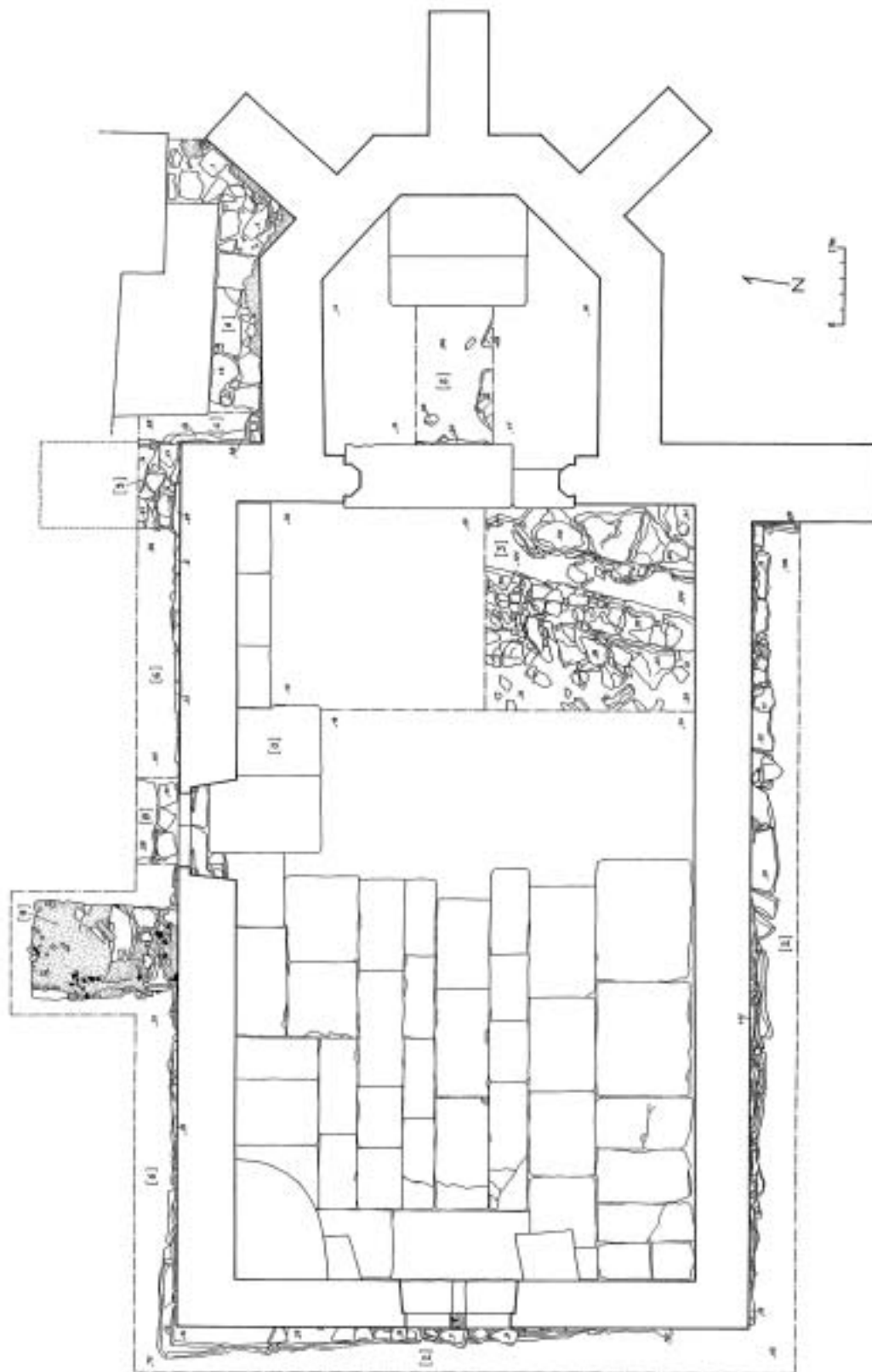


Fig. 9 Ermida do Espírito Santo: planta final da intervenção arqueológica.

A testemunhar as diversas alterações efectuadas na fachada norte da Ermida do Espírito Santo está, ainda, o vestígio de degrau [U.E. 8], claramente desfuncionalizado pela alteração da cota do pavimento da rua limítrofe (Fig. 8).

O terceiro derrube identificado [U.E. 7], localizado na fachada sul, junto ao contraforte que ainda ali permanece deverá corresponder, eventualmente a uma das fases em que o imóvel terá sido remodelado, nomeadamente durante a reforma pós-tridentina atrás referida. Contudo, são inexistentes quaisquer dados arqueológicos que nos permitam asseverar a veracidade de tal afirmação (Fig. 9).

2.2.4. Materiais arqueológicos exumados

Tal como temos vindo a referir, esta intervenção saldou-se pela quase total ausência de materiais. De facto, analisando o seguinte quadro síntese, constatamos que no sector 1 apenas se recolheram dois fragmentos, um de vidro e outro de cerâmica, pertencendo o restante conjunto de espólio ao sector 2.

Sector 1	U.E. 1	vidro	Fragmento de bordo
Sector 1	U.E. 1	cerâmica	Fragmento de parede
Sector 2	U.E. 2	cerâmica	Fragmento de bordo de alguidar
Sector 2	U.E. 2	cerâmica	Fragmento de bordo de panela/pote
Sector 2	U.E. 2	cerâmica	Fragmento de bordo de malga
Sector 2	U.E. 2	cerâmica	10 fragmentos de parede
Sector 2	U.E. 7	cerâmica	2 fragmentos de parede
Sector 2	U.E. 2	osso	3 fragmentos informes
Sector 2	U.E. 2	metal	3 fragmentos de ferro informes
Sector 2	U.E. 0 – 4	moeda	1 exemplar de 2\$50
Sector 2	U.E. 4	moeda	1 exemplar de X Reis de 1886
Sector 2	U.E. 2	moeda	2 exemplares de Época Moderna

2.2.4.1. Cerâmica

Como podemos observar, só em quatro fragmentos da totalidade do conjunto cerâmico recolhido foi possível obter forma, concretamente um alguidar (Fig. 10, 4), uma panela/pote (Fig. 10, 2) e uma pequena malga (Fig. 10, 3). Tipologicamente estes materiais apresentam características que, juntamente com a caracterização da pasta — dura e porosa —, bem como dos restantes bojos recolhidos, nos remete para ambientes das produções sintrenses de Época Moderna, sobretudo se tivermos em conta o tipo de vidro registado no bordo de alguidar identificado e no tratamento das superfícies dos outros exemplares. Paralelos registados em Palmela, concretamente na área do castelo, remetem este tipo de espólio para ambientes dos séculos XVII-XVIII.

2.2.4.2. Moedas

Curiosamente o espólio numismático constitui o mais significativo conjunto dos materiais recolhidos.

Se exceptuarmos a moeda de 25 tostões, de 1983, que provém de uma camada de entulhos claramente recentes — e que poderá estar relacionada com as obras de restauro efectuadas pela Câmara Municipal de Sintra em 1988 —, todos os restantes numismas nos orientam para utilizações desta área em épocas mais antigas.

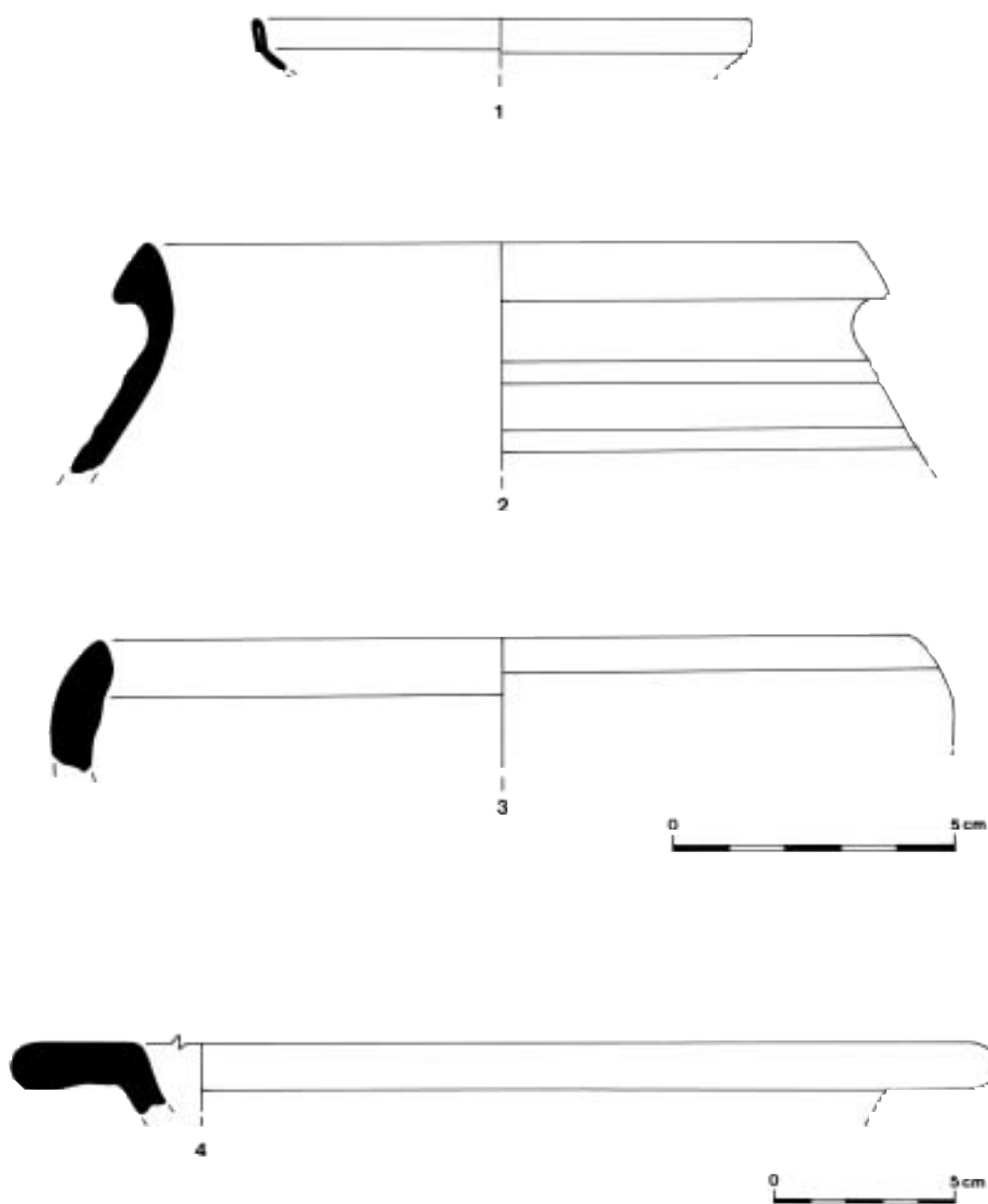


Fig. 10 Ermida do Espírito Santo: materiais arqueológicos exumados: vidro e cerâmica.



Fig. 11 Ermida do Espírito Santo: 1/2 real em prata de Filipe II.

Foi identificada uma moeda de X Reis, datada de 1886, em cobre (diâm, 25 mm e 5,79 g.), com as seguintes características: D.LUIZ.I.REI.DE.PORTUGAL. Ao centro, a cabeça do rei virada para a esquerda. Reverso: dentro de uma coroa de louro e carvalho inscreve-se em três linhas X/REIS/1886 (Amaral, 1984: p. 740). Trata-se, assim, de uma moeda cunhada no final do século XIX, no reinando de D. Luís. Este artefacto deverá estar relacionado — tendo em conta o contexto em que foi exumando (sector 2, U.E. 4) — com alterações verificadas na área envolvente da Ermida do Espírito Santo, concretamente quanto à edificação de casas contíguas ao imóvel, como já referimos anteriormente. Mais interessante, porém, parece ser o numisma exumado na vala aberta junto à fachada principal do templo.

Aparentemente, estamos na presença de uma cunhagem castelhana, em prata (Fig. 11). Segundo o que pudemos apurar, trata-se de um 1/2 real de Filipe II (informação que muito agradecemos ao Dr. António Faria). Associado a este exemplar identificou-se uma chapa metálica, eventualmente uma moeda de cobre, totalmente aplanada. O efeito mecânico que sofreu desgastou ambas as superfícies sendo impossível qualquer hipótese de leitura.

2.2.4.3. Metais

Como vimos, os fragmentos metálicos exumados resumem-se a três pedaços de ferro informes, sem que seja possível atribuir qualquer designação funcional ou cronológica.

2.2.4.4. Vidros

No interior da nave foi registado o único fragmento de vidro exumado nesta intervenção, proveniente da U.E. 1. Aliás, dos trabalhos efectuados em todo o sector 1, este constitui o único achado de referência (Fig. 10, 1).

Trata-se de um fragmento de bordo, com 2 mm de espessura máxima, de um recipiente aberto, com 84 mm de diâmetro. Apresenta uma coloração esverdeada com alguns vestígios de esmalte irisado. Este tipo de produção deverá ser integrado em ambientes modernos, habitualmente registados nos contextos dos séculos XV a XVII (Fig. 10, 1).

2.4. A intervenção de restauro

Na década de 80 do século XX, a Ermida do Espírito Santo foi objecto de uma intervenção de restauro por parte da Câmara Municipal de Sintra e da Junta de Freguesia de São João das Lampas. Todas as paredes exteriores do edifício foram picadas, rebocadas e caiadas. O telhado e respectivos barrotes foram renovados, tendo sido aplicadas apenas as telhas antigas. Durante os



Fig. 12 Ermida do Espírito Santo: fachada principal durante o processo de restauro efectuado em 1988.

trabalhos identificaram-se três frestas de cariz medieval que foram abertas e patenteadas uma sobre a porta principal, duas outras sobre a parede sul (Fig. 12).

A intervenção de restauro agora operada na capela-mor da ermida não se pode assumir como um trabalho de projecto devido ao carácter de emergência em que decorreu. Assumiu, por isso, características de uma intervenção de salvamento, num contexto de trabalhos de reabilitação de edifícios históricos que, sendo pouco correctos, são ainda, infelizmente, frequentes no panorama nacional. De facto, este tipo de intervenções – normalmente operadas por empresas de construção civil – são executadas sem atender à história do edifício e aos materiais originalmente usados, fazendo recurso indiscriminado de materiais de construção actuais, sem qualquer tipo de respeito ou compreensão pela natureza específica do imóvel em questão.

No caso particular da Ermida do Espírito Santo, incorria-se na contingência de uma tal intervenção de reabilitação poder danificar ou, pelo menos, colocar em risco alguns dos elementos arquitectónicos mais relevantes do edifício, sobretudo por que estes já se encontravam muito danificados ou, por vezes, ocultos e pouco evidentes.

Optou-se, portanto, por encetar um programa de intervenção que permitisse conservar a integridade e originalidade do edifício, no interior da capela-mor e arco de transição para a nave, para que a reabilitação não fosse totalmente indiferenciada.



Fig. 13 Ermida do Espírito Santo: pormenor da desagregação do revestimento parietal.



Fig. 14 Ermida do Espírito Santo: identificação dos problemas estruturais no interior da abside.



Fig. 15 Ermida do Espírito Santo: pormenor das fissuras de grandes dimensões.

2.4.1. Estado de conservação

De um modo geral, a capela-mor apresentava como principal problema de conservação o envelhecimento e consequente degradação dos materiais empregues na sua construção, sobretudo a nível do pavimento e revestimentos parietais. Embora as causas de degradação tenham diversas etiologias, são consequentes de um desarranjo estrutural provocado em momento pouco posterior ao da edificação, como veremos mais adiante. Observavam-se os seguintes problemas:

(1) Perda de adesão da(s) camada(s) pictórica(s). As paredes e, inclusive, alguns dos elementos arquitectónicos pétreos (mísulas, capitéis e bases de colunas) foram sucessivamente pintados, com tintas à base de cal e pigmentos. As cores utilizadas variam consoante o gosto ou épocas de utilização do edifício. Todas estas camadas pictóricas, que foram sobrepostas (excedendo, por vezes, 5 mm de espessura) sem o cuidado de remover mais antigas, encontravam-se em completa desagregação e destacamento do suporte. Aliás a causa do destacamento terá sido maioritariamente provocada pela desagregação deste e, em menor parte, pelo seu próprio envelhecimento. As sondagens efectuadas não revelaram qualquer elemento decorativo digno de registo ou particularmente relevante, sendo o branco a cor predominante nas paredes, por vezes, emolduradas com simples barras azuis (óxido de cobalto), amarelas ou avermelhadas (óxido de ferro);

(2) Desagregação do revestimento parietal (argamassa fina). A maior parte do revestimento encontrava-se sem qualquer tipo de adesão à alvenaria de suporte, com muitas áreas preservadas *in situ*, pontualmente interrompidas por lacunas de dimensão apreciável. As causas de degradação reflectem-se: (a) no decaimento dos materiais usados na amassadura; (b) movimentos estruturais que originaram desnivelamento e fissuras nas paredes; (c) eflorescência de sais solúveis, resultante da recristalização dos ciclos de secagem/molhagem desencadeados pela infiltração sazonal de águas pluviais. Estes aspectos, apesar de actuarem genericamente em conjunto, adquiriam, por vezes, expressão pontual (Fig. 13);

(3) Remoção do revestimento em azulejo. Nas paredes do altar de alvenaria encostado ao topo leste da capela-mor, observavam-se os negativos de azulejos com 10 x 10 cm na camada de assentamento, aparentemente de estilo hispano-mourisco de acordo com os vestígios de uma pequena fimbria remanescente junto à lápide que serve de estrado para o altar. No decorrer da intervenção, ao remover o reboco, foi ainda possível constatar que os azulejos revestiriam as paredes de toda a capela-mor numa banda com cerca de 100 cm de altura. Estes, contudo, teriam sido removidos em fase anterior e a parede foi entretanto recoberta com nova camada de revestimento. Alguns dos azulejos originais encontravam-se à guarda da Paróquia de São João das Lampas;

(4) Desgaste do pavimento. O chão da capela-mor é revestido a tijoleira, encadeada em espinha e encontrava-se em mau estado de conservação. Além de muito sujo, apresentava lacunas significativas, fragmentação e desgaste das tijoleiras preservadas *in situ*;

(5) Problemas resultantes de modificações estruturais (Fig. 14). O problema que, aparentemente, terá desencadeado e contribuído para o acentuado estado de desagregação da estrutura, teve origem na segmentação intencional de duas nervuras do topo leste, a cerca

de 20 cm acima do altar. O motivo deste corte deveu-se à aplicação de um tríptico de madeira, entretanto removido e confiado à Paróquia de São João das Lampas. A estrutura da abside, cujas nervuras em ogiva compõem um equilíbrio interdependente de todos os elementos do conjunto, terá sido forçosamente afectada, provocando uma série de movimentos entre paredes e nervuras. O reflexo desses movimentos manifestou-se na abertura de grandes fissuras nas paredes, no alívio de carga na peça de fecho — florão — e inerente deslocamento seguido de destacamento da pequena nervura de remate com o arco de transição. Este, por seu lado, também abateu e abriu ligeiramente (Fig. 15).

2.4.2. Plano de intervenção

Os problemas descritos no diagnóstico sobre o estado de conservação da área a intervir, impunham o seguinte programa de intervenção: (a) remoção das camadas pictóricas justapostas, cujo estado de conservação e interesse histórico não permitiam nem justificavam a sua preservação; (b) remoção da argamassa de revestimento parietal onde esta se mostrasse irrecuperável, seguida de consolidação dos limites actuais com um adesivo vinílico e preenchimento das lacunas com argamassa idêntica à utilizada originalmente; (c) reforço e reparação das nervuras e paredes danificadas; (d) recuperação dos azulejos e recolocação no local original; e (e) limpeza do pavimento, seguida de remoção das tijoleiras irrecuperáveis e de substituição das que estiverem em falta com outras de características e dimensões similares.

2.4.3. Intervenção de conservação e restauro

De acordo com o plano de intervenção, iniciaram-se os trabalhos de remoção das diversas camadas pictóricas com meios mecânicos manuais. A remoção desta permitiu, por um lado, definir quais dos elementos arquitectónicos pintados eram de pedra e quais eram de tijolo e argamassa. Por outro lado, permitiu avaliar melhor o estado de conservação da argamassa de revestimento e definir quais as áreas a conservar face às que forçosamente teriam que se remover.

As argamassas de revestimento foram removidas com meios mecânicos manuais. As áreas conservadas *in situ* foram posteriormente consolidadas com uma dispersão vinílica aplicada por pulverização.

Após consolidação, iniciou-se o preenchimento de lacunas com nova argamassa, optando-se por uma amassadura bastarda¹ com um traço de três partes de areia de rio para uma de ligante, uma vez que a análise macroscópica da argamassa original permitia discernir que esta seria essencialmente feita com cal (ligante) e areia de rio (inerte) (Fig. 16).

Nas zonas que apresentavam problemas de sais solúveis removeu-se toda a argamassa remanescente e lavou-se intensamente o local, com a passagem abundante de água, tendo em conta que não foi logisticamente possível realizar uma dessalinização conveniente. Considera-se que a reparação do telhado operada pela empresa de construção, irá evitar futuras infiltrações e, assim, bloquear o processo de solubilização e subsequente recristalização superficial.

O preenchimento de lacunas cingiu-se ao tecto e paredes até à altura de 100 cm do chão, uma vez que não nos foi possível perceber se existiriam azulejos suficientes para revestir toda a área original ou, no caso de isso acontecer, se haveria essa intenção.

Antes, porém, foi necessário proceder a reparações na estrutura. A opção original seria de reforçar as nervuras intencionalmente segmentadas, mas decorre ainda a intenção futura de



Fig. 16 Ermida do Espírito Santo: preenchimento de lacunas e reboco no tecto da capela-mor.

repor o retábulo no local original depois de correctamente restaurado. Deste modo, foi apenas possível preencher as grandes fissuras com aparelho semelhante ao original e as pequenas fissuras com a argamassa de revestimento adicionada com encasque.

Como a pequena nervura de ligação do arco de transição para o corpo apresentava sérios riscos de ruir, optou-se por aplicar um reforço provisório com tensores e proceder à sua desmontagem. Findo este processo, procedeu-se à sua reconstrução, peça a peça, desta vez fixada com uma argamassa de reforço, com cimento negro no traço do ligante, para conferir maior coesão ao conjunto, ainda fragilizado pela supressão parcial das nervuras oponentes (Fig. 17).

Uma vez colmatadas todas as lacunas, procedeu-se ao reboco integral das paredes com argamassa de traço idêntico ao utilizado na consolidação, desta vez recorrendo a areia fina crivada com inerte para obter um acabamento mais regular e semelhante ao original (Fig. 18).

Os trabalhos de conservação sobre os azulejos e subsequente reintegração não foram operados pela nossa equipa. Aparentemente só havia azulejos em número suficiente para revestir o altar e só essa zona é que, efectivamente, foi alvo de reintegração. Sendo apenas coberta por azulejos antigos a fachada do altar e a restante superfície com azulejos recentes, lisos e de tonalidade adequada à cor original predominante. A restante área de parede foi posteriormente rebocada com cimento preto pela empresa de construção, à revelia de qualquer parecer da nossa parte². Os azulejos foram fixados por um ladrilhador acompanhado por técnicos de conservação e restauro, aparentemente com a vulgar argamassa de assentamento moderna. O relatório desta intervenção não nos foi facultado.

O pavimento foi reparado pela equipa de construção civil, que substituiu a totalidade das tijoleiras por novas, de dimensão idêntica e material demasiado contrastante relativamente às



Fig. 17 Ermida do Espírito Santo: remoção e reforço da pequena nervura de fecho com o arco de transição.



Fig. 18 Ermida do Espírito Santo: pormenor das nervuras junto da peça de fecho — florão — no tecto após a intervenção de restauro.

originais. Negligenciou-se, deste modo, a nossa proposta de preencher as lacunas do pavimento com tijoleiras semelhantes às originais, fornecidas pela nossa equipa.

Em suma, a intervenção realizada tentou compreender aquilo que era possível fazer com os meios e tempo disponível sem comprometer os aspectos éticos inerentes a este tipo de trabalhos. Ainda que não seja um modelo ideal de conservação e restauro de edifícios históricos, procurou-se preservar os aspectos originais da ermida e prepará-la para utilizações futuras (Fig. 19).

2.5. Alguns contributos para o estudo dos azulejos hispano-árabes existentes no altar-mor

Em 1982, António Ambrósio, no artigo que temos vindo a citar, alude à necessidade de se elaborar um estudo do painel de azulejos hispano-árabes que atapetava o altar-mor da Ermida do Espírito Santo: “*estes azulejos precisam primeiro que um especialista os estude, os identifique e classifique na sua rica variedade e depois um historiador investigue a sua proveniência e colocação do mesmo tempo na igreja paroquial, aqui na ermida, e ainda na Capela de São Miguel de Odrinhas*” (Ambrósio, 1982, p. 3, n. 2).

Não é nossa intenção responder ao repto ali lançado, mas tão só trazer à luz do dia alguns pormenores que poderão ser úteis para futuras investigações a realizar sobre o tema.

São diversos os paralelos possíveis para o painel azulejar da Ermida do Espírito Santo, tendo em atenção apenas os existentes no actual Concelho de Sintra. A saber: os do próprio Palácio da Vila, da Igreja Matriz da Terrugem, da Igreja Matriz de Montelavar e das já referenciadas Igreja de São Miguel de Odrinhas e Igreja Matriz de São João das Lampas, para já não falarmos de congéneres em Mafra, como por exemplo a Igreja de Santo André. Qualquer estudo, preliminar que seja, a realizar acerca dos revestimentos azulejares do Espírito Santo de São João das Lampas terá, assim, obrigatoriamente que levar em linha de conta os exemplares idênticos quer cronológica, quer regionalmente.

Os azulejos que forram o frontal da mesa do altar-mor da Ermida do Espírito Santo, numa composição de 14 x 6, apresentam um padrão estrelado, elaborado a partir de ladrilhos de aresta (Fig. 20).

Por seu turno, na Igreja de São João Baptista, edificada no lado oposto do rossio de São João das Lampas, “*(...) o altar-mor tem 17X6 azulejos, do tipo “aresta” e fabricação sevilhana, dispostos em duas ordens. (...) Os frontais das capelas laterais são de 12X8 azulejos. O do altar do lado do evangelho é constituído por azulejos do tipo “corda seca”, padrão de laçaria mudéjar vulgar; o do lado da epístola é, como os do altar-mor, de padrões de “aresta” também conhecidos e típicos da primeira metade do século XVI*” (Simões, 1958, p. 9).



Fig. 19 Ermida do Espírito Santo: perspectiva geral do interior do imóvel após a conclusão dos trabalhos.

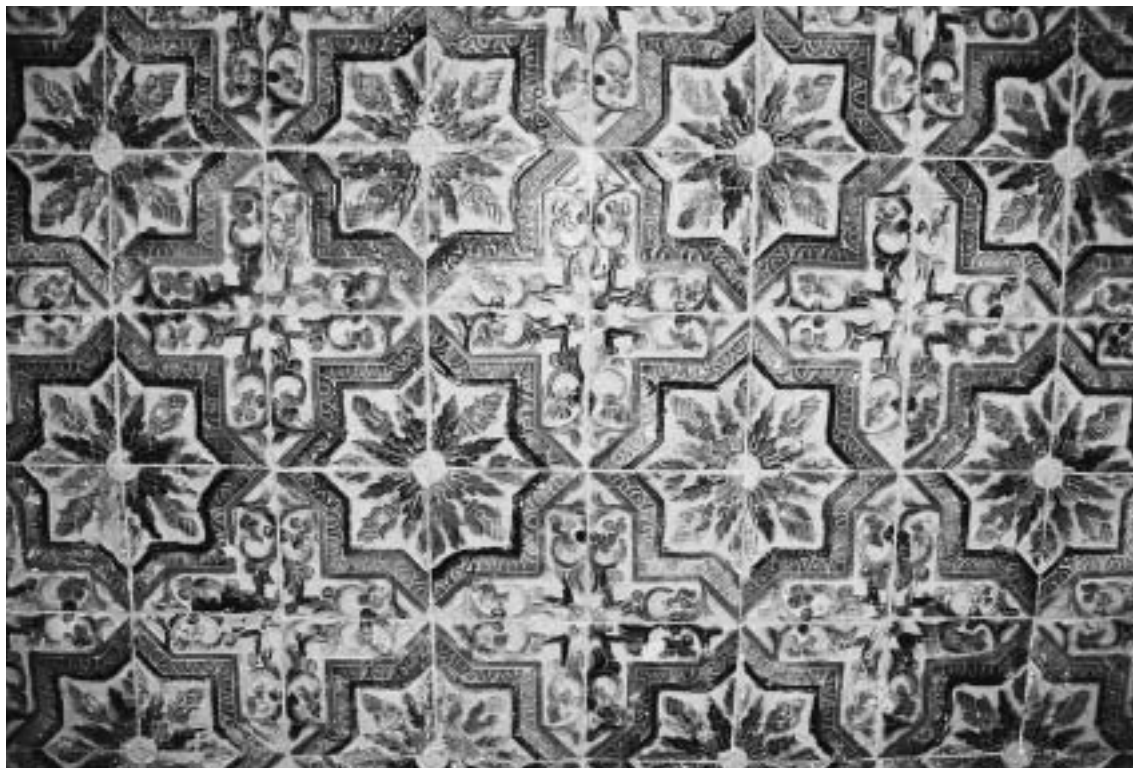


Fig. 20 Ermida do Espírito Santo: pormenor do painel de azulejos hiapano-árabes do altar-mor.

Segundo esta descrição podemos antever uma contemporaneidade entre os painéis da Igreja Matriz e os utilizados na singela ermida de invocação ao Divino Espírito Santo.

Já nas Igrejas Matriz de Montelavar e da Terrugem – cujas transformações estiveram, certamente, relacionadas, tal como as anteriores, com uma espécie de campanha de obras manuelinas que dotou/remodelou os templos rurais das paróquias sintrenses – os conjuntos azulejares que revestem os frontais das mesas dos altares ostentam a técnica de aresta, de produção sevilhana dos inícios do século XVI (Simões, 1958, p. 6-9). Também o altar-mor da Igreja de São Miguel de Odrinhas apresenta um conjunto azulejar de características similares aos que temos vindo a referenciar, idêntico igualmente nas técnicas de fabrico e, muito provavelmente, na sua cronologia. Facto este confirmado pelo conjunto de cantarias manuelinas postas a descoberto pelas obras de restauro efectuadas no imóvel também nos finais dos anos 80.

Por outro lado, os fragmentos azulejares recolhidos em intervenções arqueológicas recentes efectuadas na Igreja de Santo André, em Mafra (Sousa, 1997), apresentam no seu fabrico a técnica de aresta, cuja decoração inclui motivos de inspiração gótica (com elementos florais e vegetalistas) uns, e renascentista outros (Miranda e Pereira, 1997, p. 364-369).

3. Sinopse dos resultados obtidos

Sabia-se de antemão que a Ermida do Espírito Santo nunca tivera alpendre – por vezes afirma-se ser esta a razão pela qual se utilizava a estrutura existente na Matriz de São João das Lampas –, facto este confirmado com a intervenção arqueológica aqui analisada.

Efectivamente, os vestígios arquitectónicos encontrados diagnosticam apenas a anterior existência de mais contrafortes na fachada norte da nave, bem como de um degrau de acesso à porta lateral. A parede norte da nave parece, ainda, ter sofrido diversas reconstruções atestadas quer pelos vestígios dos contrafortes agora postos a descoberto, quer pelo facto de no interior do imóvel a parede avançar sobre as lajes calcárias do pavimento (Fig. 21).

Também, não foi possível confirmar a referida fundação trecentista deste templo, uma vez que, como atrás ficou expresso, nada encontrámos quer em vestígios estruturais, quer materiais que nos possa comprovar esta mesma origem.

Por outro lado, confirma-se a inexistência de um espaço de necrópole, quer exterior, quer interior — nem mesmo de qualquer “sepultura fundadora”, uma vez que os resultados obtidos através da escavação do subsolo da capela-mor revelaram a ausência de estratos arqueológicos neste local específico do templo —, reafirmando-se, assim, a ideia da dependência directa desta ermida face à Igreja de São João Baptista, Paroquial da Freguesia (Ambrósio, 1982, p. 3), onde — aqui sim — foi identificada a necrópole medieval e moderna.

Parece-nos, pois, poder afirmar que a própria origem das festas do Divino Espírito Santo, enquadradas cronologicamente em torno dos séculos XV/XVI, nomeadamente para a região sin-trense, atestam a provável origem da edificação deste imóvel nessa época, testemunhado por alguns elementos arquitectónicos — pia de água benta e abóbada artesoadada da capela-mor —, pelo revestimento azulejar hispano-árabe do frontal do altar-mor, e, finalmente, pelos escassos vestígios arqueológicos, onde se destaca o pedaço de vidro e o meio real de prata de Filipe II.

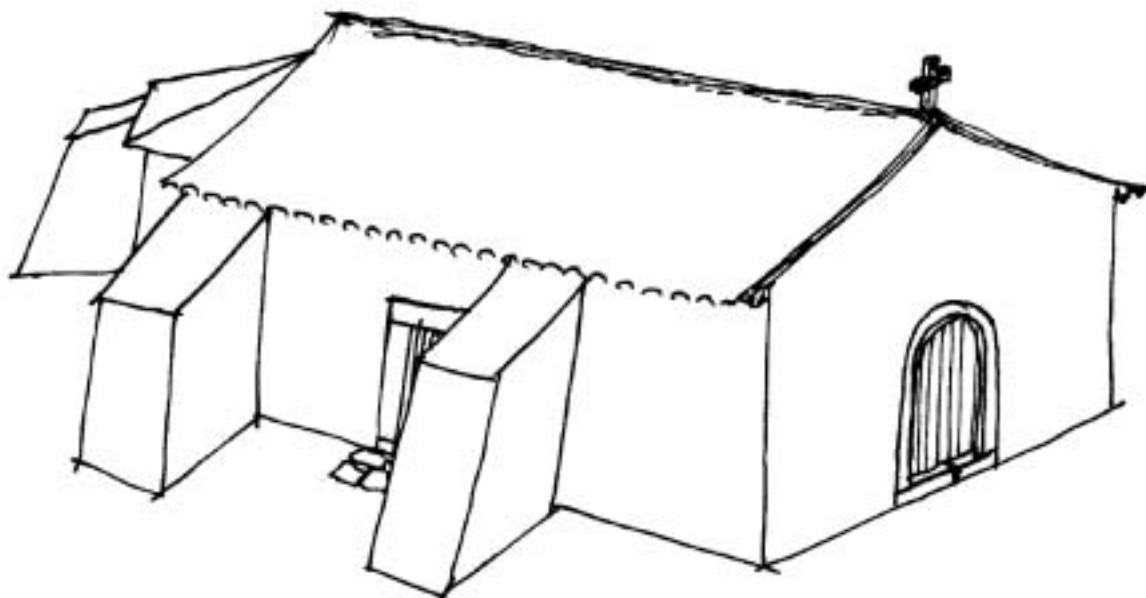


Fig. 21 Ermida do Espírito Santo: reconstituição hipotética de uma das fases arquitectónicas do imóvel.

NOTAS

- * Arqueóloga do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Investigadora da UNIARQ. ¹ A argamassa bastarda, cujo ligante é constituído pela adição de cal e cimento, apresenta a vantagem de combinar os factores de maior resistência e menor tempo de presa do cimento com a plasticidade e maior capacidade respiratória da cal.
- ** Conservador Restaurador do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.
- *** Agradece-se a colaboração de Ana Isabel Neves e Joel Marteleira na execução dos desenhos dos materiais arqueológicos exumados e do registo das estruturas identificadas no terreno, respectivamente. Agradece-se igualmente a Linda Pereira (CPL) a tradução para língua inglesa do resumo apresentado. ² Toda a superfície, interior e exterior, da Ermida foi posteriormente rebocada com argamassa à base de cimento preto. Este processo acarreta o inconveniente de isolar a estrutura original e a humidade inerente a esta, provocando a migração de sais solúveis para o interior do edifício.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, C.M. A. do (1984) - *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas*, Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- AMBRÓSIO, A. (1982) - A Capela do Espírito Santo em São João das Lampas. *Jornal de Sintra*. Sintra, 5 de Novembro, p. 3.
- AZEVEDO, J. A. C. (1982) - *Memórias Paroquiais* referentes a Sintra e seu termo (1758). In *Velharias de Sintra*, vol. IV. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p. 135-187.
- CABRAL, M. E. F.; Nunes, M. L. A. (1982-83) - Contributos para o estudo das festividades Populares em louvor do Divino Espírito Santo, no Lugar do Penedo (Colares, Sintra). *Sintria*. Sintra, p. 803-1028.
- FERREIRA, M. A. (1994) - Vidro e cerâmica da idade Moderna no Convento de Cristo, *Mare Liberum*. Lisboa, 8, p. 117-200.
- MARQUES, J. M. da S. (1938) - Os «bodos» de Sintra e seu termo. *Sintra. Estudos Históricos - XXX. Jornal de Sintra* (31 de Dezembro), p. 2.
- MIRANDA, M.; PEREIRA, N. (1997) - Breve contributo para uma melhor identificação da azulejaria Hispano-Mourisca na Igreja de Santo André: definição das formas e técnicas de fabrico. *Boletim Cultural*. Mafra, p. 364-370.
- PEREIRA, I. R. (1980) - *Subsídios para a História da Diocese de Lisboa do Século XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- SERRÃO, V. (1989) - *Sintra*. Lisboa: Editorial Presença.
- SIMÕES, J. M. dos S. (1958) - Breves Notas sobre Algumas Igrejas Azulejadas dos Arredores de Lisboa. *Belas Artes*. Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa. 2ª série. 12, p. 5-11.
- SOARES, M. (1982) - Os Impérios Populares. *Boletim Cultural*. Lisboa. Série III. 87:1, p. 251-347.
- SOUSA, A. C. (1997) - O adro da Igreja de Santo André: notícia preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1997. *Boletim Cultural*. Mafra. p. 277-358.